

CAP 1: Caminhos da Paisagem – reflexões teóricas, conceitos e abordagens

A paisagem há muito é objeto de estudo de diferentes disciplinas e não menos variadas correntes teóricas. Deste modo, recebeu ao longo de muitos anos diferentes conceitos, que se voltavam a atender necessidades específicas das mais variadas ciências, como de suas variações teóricas e também metodológicas, por sua vez influenciadas por fatos e exigências histórico-culturais (MORAES, 2001). Tais fatos e as derivadas adequações de significado ao objeto – paisagem – deixaram possibilidades inúmeras de definição e discussão do mesmo, lançando a necessidade de discussão inter e transdisciplinar.

Na Geografia o conceito de paisagem perpassou tempos históricos e necessidades filosóficas e sociais, não passando, portanto, incólume, livre de quimeras e querelas.

O conceito de paisagem passou pela influência do pensamento naturalista do séc. XIX, em que o (re)conhecimento, descrição e classificação se tornavam método primeiro no estudo da paisagem - de onde surgiram correntes teóricas e escolas que valorizavam o determinismo ou o possibilismo. Incitado pela revolução industrial e a lógica capitalista, o conceito viveu a influência do materialismo histórico. E chega aos dias de hoje como algo fluido, no sentido de não ser único, acabado e rígido, e não necessariamente obedecendo à lógica de uma única escola ou corrente teórica específica.

1.1 - A paisagem no pensamento e práticas geográficas

Não foi recentemente, proveniente de discussões modernas da ciência geográfica, que o termo paisagem apareceu configurando os arcabouços de definição da ciência e de seu objeto.

O termo “paisagem” recebeu significados variados ao longo de vários séculos. Por muitos filósofos e artistas a paisagem foi alocada no âmbito do lugar de contemplação. Ainda na Antiguidade Clássica, Heródoto e Estrabão realizaram estudos descrevendo exaustivamente os mundos naturais e sociais dos caminhos que percorreram, e dizendo ser esta prática uma descrição da paisagem, necessária ao reconhecimento da Geografia do mundo conhecido (ANDRADE, 1992; MORAIS, 2001).

Porém foi no séc. XIX que a Geografia, no momento de sua sistematização, definiu ser a paisagem um de seus objetos de estudo. E por mais que hoje a Ciência Geográfica, representada por alguma corrente teórica específica, discuta a paisagem como sendo ou não objeto da Geografia, fato é que ela, a paisagem, ainda tem lugar de destaque nas discussões. A Ciência Geográfica, ora vista como uma ciência da natureza, ora vista como uma ciência humana, construiu ao longo dos séculos XIX e XX um forte arcabouço teórico, em que pode ser visto, ou percebido, o lugar que a paisagem teve em diferentes correntes teóricas, e como esta foi discutida e abordada (MORAIS, 2001; CORRÊA, 1997).

No início do século XIX Alexander von Humboldt, naturalista e influenciado por esta prática cada vez mais comum entre os intelectuais e artistas europeus, considerou a Geografia enquanto uma ciência de síntese da paisagem. Esta deveria ser descrita e representada. O observador seria capaz de apreender todos os elementos da paisagem, registrá-los e representá-los.

Evidentemente carregada dos pensamentos e concepções positivistas do séc. XIX, essa prática estava intrinsecamente ligada ainda à prática empírica das ciências naturais, e a paisagem era, portanto, entendida como as feições morfológicas, fitofisionômicas, topográficas, hídricas e geológicas nas quais o homem atuava. Não era nesta época o homem elemento constituinte e importante na paisagem, esse era apenas concebido como um coadjuvante em meio à natureza (DIENER & COSTA, 1999/2002; BELUZZO, 1995; MORAIS, 2001).

Na segunda metade do século XIX surgia, com Ratzel, na Alemanha uma concepção da Ciência Geográfica que incluiria o homem no estudo da geografia. A esta concepção teórica chamou-se Antropogeografia. Ratzel definiu o objeto da Geografia como o estudo da influência que as condições naturais exerciam sobre o homem. Esta concepção estava fortemente relacionada aos pensamentos deterministas e evolucionistas em franca expansão na época, e para ele o espaço no qual o homem habitava não era entendido como sendo paisagem, mas sim território. Para Ratzel, o território representaria as condições de trabalho e existência de uma sociedade. A perda de território seria a prova de decadência da mesma. Enquanto que o progresso implicaria na necessidade de aumentar e expandir seu território. Estas idéias iam de encontro às aspirações imperialistas européias da época, e acabavam por justificar e incentivar as conquistas e dominações territoriais. A paisagem na Antropogeografia de Ratzel continuava a ser o ambiente natural, mas agora este ambiente incluía o homem, e

todas suas reações e acontecimentos relacionados a ele eram também naturalizados (CLAVAL, 1977; CORRÊA, 1997; SEEMANN, 2003).

Em oposição à teoria de Ratzel, ainda no século XIX, a teoria de Vidal de La Blache concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície do planeta, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”.

A geografia humana foi entendida como uma geografia de paisagem, sendo uma concepção de relação entre homem e natureza e não de uma relação entre homens. A geografia vidaliana se preocupou com agrupamentos, não sociedades, falou de técnicas e instrumentos não de processo de produção. Para ele o que interessaria à análise seria o resultado da ação humana na paisagem. Vidal de La Blache admitiu que o homem sofre sim influência do meio, mas que tudo é uma questão de contingência. Assim, o homem conseguiria sobreviver e evoluir, não determinado pelo meio, mas à medida que ele dominasse e transformasse a natureza (possibilismo¹). A concepção de paisagem La Blache de paisagem admitia que havia sim uma influência que o meio exercia sobre o homem, mas que o sucesso do homem neste meio estaria relacionado à maneira e à medida que o homem conseguisse dominar e administrar o ambiente, ou seja, a paisagem e o homem se relacionavam em um caráter funcionalista (CORRÊA, 1997; MORAIS, 2003).

No século XX, várias correntes teóricas surgiram, algumas com novas abordagens e que buscavam romper com as teorias ditas “tradicionais”, enquanto outras apenas buscavam complementar as antigas abordagens com conceitos revistos e métodos novos.

As correntes teóricas da Geografia, na verdade, dificilmente conseguiram romper completamente com as escolas ou correntes antecessoras. Embora seja clara uma possível crítica das escolas ditas modernas a suas antecessoras, a verdade é que as novas escolas ou concepções teóricas que foram surgindo não romperam definitivamente com as antigas premissas, não propondo métodos e teorias que fossem absolutamente inovadoras e originais.

¹ O termo possibilismo, não foi utilizado por La Blache, mas sim por Lucien Febvre, importante historiador da Ecole des Annales.

A Geografia Teorética/Pragmática, surgida no Brasil no decênio de 60/70, mas com um sólido percurso já estabelecido na Europa, também conhecida como “Nova Geografia”, é considerada, por muitos, uma geografia neopositivista (TILEY, 2001; CORRÊA, 1997). Os seus métodos de análise fazem uso de modelos matemáticos e criação de padrões e modelos (estatística), os quais seriam representações das estruturas fundamentais da organização da paisagem. Nesta “Nova Geografia”, a paisagem passa a ser entendida como algo resultante da integração entre os aspectos físicos da paisagem e o uso que o homem faz deste espaço, mas ainda com um permanente viés positivista e também com traços ora marcados pelo determinismo, ora pelo possibilismo.

A Geografia da Percepção surge concomitante à Geografia Teorética, porém com objetivos muito distintos. Enquanto a Nova Geografia faz uso de modelos estatísticos para definições e estudos de áreas dentro de uma “análise regional” pautada principalmente em aptidões econômicas e fluxos migratórios, a Geografia da Percepção busca entender como os homens se apropriam do espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio que os encerra, como percebem e como reagem frente às condições e aos elementos da natureza ambiente, e como este processo se reflete na ação sobre o espaço. Assim, a Geografia da Percepção estaria preocupada com uma valorização subjetiva do território, em que as idiossincrasias individuais, e não coletivas, são valorizadas na avaliação. A paisagem aí passa a ser entendida como algo que contemple a percepção e a ação de atores subjetivos no meio que os contém (TUAN, 1983; MACIEL, 2001) .

A chamada Geografia Crítica (SANTOS, 1986; CORRÊA, 1997; MORAIS, 1987) surgida na década de 80, nasce em resposta à Nova Geografia, e diz ser o espaço, e não a paisagem, o objeto desta ciência. Porém, a crítica não é somente a uma corrente teórica precedente, mas à ordem constituída. Esta linha teórica, de influência marxista, é considerada como uma “Geografia da Denúncia”, pois encara o embate dos problemas de cunho social, que são resultantes de uma perversa lógica inerente ao sistema econômico dominante. Diante desta concepção, não seria a paisagem o objeto da Geografia, mas sim o espaço e a maneira como ele se constitui ou é constituído. Neste sentido, o espaço representa o lugar onde o homem se estabelece e estabelece suas atividades, e só existe se cumprir funções sociais que façam sentido dentro da lógica político-econômica na qual vivemos. Para os “geógrafos críticos” a paisagem não pode ser tomada como objeto da geografia, pois ela não cumpre uma função social hoje. Ela foi um espaço e não mais se constitui como tal (SANTOS, 2002).

Embora as correntes teóricas da Ciência Geográfica tenham surgido, na maioria das vezes, em função de contingências e contextos históricos, nem sempre uma única corrente ou proposta de métodos e técnicas surgiu em contextos específicos. Algumas vezes, sobretudo na segunda metade do século XX, em que vários países propuseram abordagens para a Geografia, mais de uma proposição teórico-metodológica surgiu em lugares diferentes. Embora a ciência geográfica tenha representantes importantes que marcaram novos pensamentos e maneiras de compreender a Geografia e seu objeto, a verdade é que é possível encontrar idéias muito semelhantes nascendo e sendo construídas em locais diferentes. Isso pode, claro, ser explicado por uma inspiração comum, como por exemplo, autores, que serviram de referência para pesquisadores de todo mundo.

A partir do segundo quartel do século XX, surgiram importantes abordagens que definiram uma sofisticada abordagem metodológica de compreensão morfológica da paisagem, para além da proposta por La Blache, seja valorizando mais aspectos da “Geografia Física” ou da “Geografia Humana”, mas sempre tendo a natureza, ou o meio natural, e o homem como fazendo parte de um sistema integrado (BERTRAND, 1978; MACIEL, 2001, CLAVAL, 1999). Estas concepções foram em muito influenciadas pelas abordagens ecológicas – ecologia da paisagem – de Hatter e Passarge.

Nos Estados Unidos, Carl Sauer fundou a Escola de Berkeley e propôs a chamada Geografia Cultural, que só consegue destaque no Brasil a partir do final da década de 80 e que, há trinta anos, já estava sendo desenvolvida e trabalhada na Europa, sobretudo na Alemanha e França.

Carl Sauer propôs o estudo das paisagens culturais, defendendo ser de competência da Geografia a “análise das formas que a cultura de um povo cria, na organização de seu meio” (MORAIS, 2001:86). Suas análises focavam principalmente as intervenções do homem sobre a fauna e a flora. Dialogando estreitamente com a Antropologia Americana, a Geografia Cultural proposta por Sauer considera o homem enquanto sujeito modificador do espaço, delimitador de territórios, capaz de alterar, manipular o meio ambiente, tudo isso através de um contexto que é cultural e histórico. Em 1925, em sua obra intitulada *The Morphology of Landscape*, ele definiu a paisagem como o conjunto das formas naturais e culturais associadas. Para ele a paisagem seria o resultado, ao longo do tempo, de um agente – a cultura – sobre o quadro natural. Sauer propôs que a paisagem deve ser entendida em sua totalidade, pois os objetos, elementos,

da paisagem existem inter-relacionados, e que a realidade não seria expressa no estudo isolado dos elementos que compõem a paisagem (SAUER, 1998).

A Geografia Cultural de Sauer recebeu inúmeras críticas e reformulações ao longo do século XX e é justamente a inserção de um novo conceito de cultura que garantiu um significativo aumento de estudos das paisagens culturais.

Em termos metodológicos, após longos períodos de reformulação, a Geografia Cultural propõe que a paisagem deve ser lida e interpretada (hermenêutica), neste sentido a prática descritiva da paisagem é substituída por uma que é interpretativa. A paisagem é considerada como o lugar e o produto em que as relações entre homens e entre homem/meio ocorrem. Sendo assim o objeto da Geografia. Nesta abordagem as paisagens:

falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam, informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar (CLAVAL, 2001:15).

1.2 - Cultura – a concepção de um conceito nos estudos de paisagem

A Geografia há muito associou a cultura à paisagem. Foi desde Ratzel que se pode dizer que a cultura exercia importante papel na capacidade adaptativa do homem ao meio. Seria através de suas técnicas que ele seria mais ou menos bem sucedido no processo de adaptação. Deste modo interessava a Ratzel analisar através das técnicas dos povos o quanto eles estavam bem adaptados ao meio. Para ele as técnicas mais rudimentares seriam indicadoras de povos menos evoluídos e adaptados. O domínio de técnicas seria, portanto, a chave para o processo adaptativo, e este domínio estaria vinculado à noção de cultura, que se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente (CLAVAL, 2001). A cultura na Antropogeografia de Ratzel seria analisada sob os aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço. O modo como as técnicas foram desenvolvidas e apreendidas não configuravam objeto de questionamentos para Ratzel, uma vez que as técnicas eram difundidas quase que organicamente entre os povos (difusionismo).

A noção de cultura aplicada por Ratzel era aquela em voga na época. Não havia um conceito de cultura efetivamente discutido pela Antropologia. Essa era vista como um conjunto de atributos, os quais estavam estreitamente relacionados ao evolucionismo. A idéia chave do pensamento antropológico da época é a idéia de

evolução. As diferentes culturas eram então classificadas e explicadas numa única grande linha evolutiva de toda a humanidade, para o enquadramento das culturas dentro desta linha evolutiva, os atributos tecnológicos tinham prioridade (MORGAN, 1973; LARAIA, 2003; TRIGGER, 2004).

Outros geógrafos alemães, contemporâneos a Ratzel, fizeram uso da cultura como explicativa de fenômenos culturais e também como chave para a análise de algumas questões essencialmente geográficas.

Otto Schlüter, desde 1880, havia se especializado no estudo dos estabelecimentos humanos, e considerava ser a paisagem modelada tanto pelas forças da natureza, quanto pela ação humana. Seriam objeto da Geografia as transformações que o homem impõe à natureza – desmatamentos, edificações, queimadas, processos erosivos... Todas estas modificações estariam sendo mediadas pelas necessidades humanas, que por sua vez seriam orientadas pela cultura. Trabalhos semelhantes foram desenvolvidos por outros geógrafos como Eduard Hahn (1856-1928), August Meitzen (1822-1910), em que o interesse de análise da paisagem cultural ficava limitado aos aspectos materiais da cultura, que indicariam o domínio de técnicas necessárias à melhor adaptação (CLAVAL, 2001). Tais análises, contudo, negligenciam os processos relacionados à dimensão sutil e simbólica das técnicas, como os sistemas de valores e aquisição de práticas. Quanto às questões de transmissão das técnicas, a explicação era construída também através do difusionismo.

Na concepção de Vidal de La Blache a cultura é algo a ser compreendido através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam. O diferencial da noção de cultura e conseqüente análise de paisagem se dão em função de compreender as técnicas e os resultados da ação do homem no meio natural como componentes de gêneros de vida (CLAVAL, 1987). Estes estariam vinculados à maneira como os homens organizam seu tempo e seu espaço na realização de atividades cotidianas de sobrevivência e lazer. O modo como as técnicas de domínio do meio natural e de organização do tempo eram passados era ainda explicado através da difusão, contudo a relação do homem com o meio não era explicada por questões adaptativas, mas sim funcionalistas.

O caráter funcionalista das explicações das relações que se davam entre homem/natureza ia de encontro com formulações históricas e antropológicas da Europa - e Estados Unidos - do século XX. O histórico-culturalismo toma determinadas regiões como objeto a fim de tentar classificar os diferentes modos de vida que existiram ali ao

longo do tempo. Estabelece-se uma sucessão de modos de vida, que são definidos a partir das diferenças na cultura material (TRIGGER, 2004; RENFREW & BAHN, 1993).

Na França, alunos de Vidal de La Blache e outros pesquisadores, vindos sobretudo da História, realizaram importantes trabalhos que valorizavam o entendimento das paisagens agrárias francesas, acrescentando às formulações de La Blache abordagens que se voltaram para a reconstrução da história dos lugares, para a etnografia e estudos folclóricos, nos quais componentes sociais e ideológicos da cultura foram mais valorizados (BRUNHES, 1948; DEFFONTAINE, 1945).

A escola de Berkeley, fundada por Sauer, inaugurou o estudo de paisagem nos Estados Unidos. A ênfase dada por Sauer no estudo da paisagem cultural, seguindo o que vinha sendo feito na França e Alemanha, era em relação às tecnologias. Apesar de dar atenção à cultura não material (crenças, sistemas sociais...), a verdade é que a Geografia Cultural proposta por Sauer focava seus estudos nas formas visíveis da paisagem.

Para ele, a cultura era considerada como um conjunto de práticas compartilhadas, comuns a um grupo humano em particular, que foram apreendidas através das gerações. A cultura parecia ser algo que funcionava através das pessoas a fim de alcançar objetivos pouco conscientes. Os fatos ligados à cultura eram considerados como uma natureza superior imposta aos homens (DUNCAN, 1980 apud. CLAVAL, 2001). A este entendimento de cultura os críticos da Geografia Cultural proposta por Sauer chamavam “determinismo cultural” (COSGROVE, 2004).

A noção de cultura como algo exterior às sociedades e grupos humanos persistiu ainda por um período considerável ao longo dos noventa.

Na década de setenta do século passado é que o estudo da paisagem passa a considerar a cultura como algo que não funciona simplesmente através dos seres humanos, ao contrário, é através das ações humanas que ela é constantemente reproduzida e mantida (COSGROVE, 2004).

As abordagens da “Geografia da Percepção” foram as que mais contribuíram para discutir a paisagem no nível do subjetivo e do simbólico. Contudo, consideravam idiosincrasias individuais, percebidas por métodos que envolviam a psicologia, e não extrapolavam a análise para grupos de indivíduos que compartilhassem o mesmo universo cultural. Sendo assim, a análise cultural da paisagem ficava reduzida à análise individual da paisagem.

Embora a questão fenomenológica da paisagem tenha sido abordada pela ciência geográfica desde o século XIX, em menor ou maior escala, com menor ou maior clareza, a verdade é que foi superficialmente encarada por não considerar a cultura como um fenômeno em que atuam complexos sistemas simbólicos e sociais.

A Geografia claramente dialoga com a Antropologia desde Ratzel. É desta última cátedra que os conceitos de cultura foram apropriados para compor os estudos de paisagem cultural. Se de alguma maneira existiu uma fragilidade deste conceito é porque, em certa medida, este ainda estava sendo trabalhado e discutido por aquela ciência, que, como na Geografia, possui diversas escolas com objetivos e premissas um tanto diferentes, que tem na cultura e nos processos que a envolvem e a constituem seu objeto.

Mas a Geografia, de todo modo, insistiu em um conceito de cultura que valorizava o caráter adaptativo de grupos humanos, enquanto já se falava da cultura como uma lógica organizativa do pensamento que estrutura as ações e as relações sociais (LEROI-GOURHAN, 1984; LEVÍ-STRAUSS, 1991), ou como um conjunto de concepções simbólicas (GEERTZ, 1978). Ao mesmo tempo em que insistiu também em ignorar as questões culturais das sociedades modernas, quando analisando os processos de produção e re-produção dos sistemas político e econômico atuais – o caso da chamada Geografia Crítica.

Foi na década de 80, sobretudo, que uma geografia interessada na maneira como as paisagens são apropriadas, concebidas e modificadas por grupos culturais passa a compreender a cultura de acordo com as escolas modernas de Antropologia: estruturalismo e hermenêutica.

Embora se veja ao longo do percurso feito pela ciência geográfica uma constante (re)apropriação do que se entende por paisagem e cultura, e também de como analisa a primeira, a verdade é que as novas concepções teóricas nunca se sobrepuseram às anteriores de modo a extingui-las. As concepções e métodos propostos por La Blache não deixaram de existir, serem aplicados e terem importância na ciência geográfica, em função do surgimento, por exemplo, da escola de Berkeley fundada por Sauer. Muito pelo contrário, é possível encontrar na geografia cultural proposta por este, muito das teorias de Vidal de La Blache. O mesmo pode-se dizer das abordagens evolucionistas. Elas continuam existindo e tendo importante papel nos estudos das relações existentes entre homem e natureza. As correntes teóricas, assim sendo, não são estanques ou substituíveis, sendo possível colocá-las em diálogo constante e direto, adequando-as a

um determinado objeto. Desta maneira, a subdivisão em correntes teóricas ou escolas é na verdade uma tentativa didática de ilustrar preocupações de determinados contextos históricos, que acabam por inovar, com diferentes abordagens e conceitos, a ciência geográfica, e todo o pensamento científico de determinada época ou século.

1.3 – Paisagens naturais e vestígios: a compreensão das relações de apropriação do homem e seu meio na perspectiva da Arqueologia

Semelhante à trajetória realizada pela Geografia na construção do conceito de paisagem, relacionando-o ao conceito de cultura, o pensamento arqueológico passou por inúmeras mudanças, também influenciadas por contextos históricos e sociais. Estas mudanças, que admitiam inclusões de novos pensamentos, manutenção e também abandono de antigas concepções, refletem na maneira como a relação homem x ambiente é, e foi, entendida pela Arqueologia, e na maneira como lidar e analisar esta relação.

O surgimento da Arqueologia está vinculado a práticas de colecionadores e de ‘curiosos’, estando amplamente restrita – durante os séculos XVII e XVIII – às coleções pessoais de nobres e aventureiros, chamados de antiquaristas. Somente a partir do século XIX que se esboça (ou começa a se esboçar) um conjunto de técnicas que passa a tratar os objetos arqueológicos com mais critério e também como algo que congregava informações sobre populações pretéritas, dignas e passíveis de serem estudadas. A partir deste momento a Arqueologia passa a fazer uso de métodos, técnicas e de *corpus* teórico de diferentes ciências, na época, em constante formulação.

Neste período a Arqueologia passa sistematicamente a tentar entender os artefatos em sua condição estratigráfica, e ainda a caracterizá-los de forma sistemática, de modo a identificar diferenças marcantes naqueles que indicassem diferenças culturais entre as populações e grupos que os produziram, buscando, ainda, correlacionar as características dos artefatos, que seriam indicativos de populações mais ou menos evoluídas e/ou adaptadas, ao meio ambiente, criando modelos que dessem conta de explicar a diversidade cultural em função do meio natural. Diversas abordagens, com semelhanças e distinções existentes entre si basearam-se ora em teorias evolucionistas, ora se basearam questões adaptativas, nas quais o evolucionismo não predominava, porém todas acreditando que o homem se relaciona com o meio natural a partir de suas técnicas, de modo que as sociedades tenderiam a se suceder à medida que as técnicas, cada vez mais sofisticadas, necessárias para sobreviver ao ambiente fossem apreendidas.

O resultado disto, como dito alhures, seria uma sucessão de sociedades, identificadas a partir das diferenças expressas na cultura material: artefatos/vestígios arqueológicos.

Preocupadas com as técnicas com as quais os homens se adaptam ao meio natural, as abordagens inseridas, no então chamado Difusionismo, para o trato dos vestígios arqueológicos em muito se assemelham com as teorias propostas por Ratzel, que além de geógrafo era etnógrafo.

Às concepções de Ratzel ficam reservadas as semelhanças no que se refere ao caráter intrinsecamente determinista da época. Assim como propunha Ratzel, algumas das práticas e pensamentos arqueológicos criam na **difusão** do conhecimento técnico e não na possibilidade da invenção e apreensão de técnicas semelhantes ou iguais por distintos grupos humanos que não fossem historicamente vinculados, defendendo também a idéia de que os ambientes influenciariam, ou melhor, determinariam a cultura das sociedades humanas.

Somente no século passado, sobretudo na segunda metade, que novas abordagens surgiram, desfocando das seqüências de artefatos e das características adaptativas que estes congregariam, para valorar os processos pelos quais os grupos humanos gerem o ambiente, de modo a melhor se adaptarem. Nestas novas abordagens inseridas na chamada Nova Arqueologia, ou Arqueologia Processual, os estudos dos sítios e dos artefatos faziam uso de concepções sistêmicas. Estas - relacionadas, em certa medida, às teorias dos Geosistemas, considerando, quando possível todas as 'facetas' ou *layers* da paisagem geográfica - passam a se interessar pela recriação de paleo-ambientes associados aos vestígios arqueológicos, e, sobretudo, pelos processos de formação dos sítios, elaboração de modelos interpretativos sobre mobilidade, sistema de assentamento, variabilidade intra-sítio e organização tecnológica (BUTZER, 1984; DIAS, 2003).

Em um movimento de críticas às propostas anteriores viu-se surgir algumas novas abordagens teóricas e metodológicas que objetivavam análises preocupadas não mais com os processos que envolvem as questões práticas da produção da cultura material, e sim com questões que envolvem a fenomenologia, como percepção, cognição, e que envolvem a construção social do espaço. Algumas destas abordagens começaram a focar suas análises na paisagem enquanto um texto que deve ser lido e interpretado através dos seus signos, utilizando-se da hermenêutica (TILLEY, 1991), e outras passaram a se preocupar com as questões mais voltadas para as relações sociais entre os grupos culturais produtores dos vestígios arqueológicos, que estariam de

alguma maneira expressas na distribuição espacial dos vestígios na paisagem (ZARANKIN, 2002; ZARANKIN & NIRO, 2006; HABER, 2006).

As diferentes concepções teóricas apresentadas brevemente acima foram assim organizadas seguindo uma visão anglo-saxônica, contudo, houve, e ainda há, diferentes arqueólogos em distintos países e continentes que usaram abordagens distintas das aqui apresentadas. Entre estas se encontra o chamado estruturalismo. Originado na França, e incitado, sobretudo, na Arqueologia, por Leroi-Gourhan o estruturalismo propõe que há uma lógica que estrutura a cultura, e que é visível nas manifestações desta, incluindo a cultura material e a maneira como esta se distribui pela paisagem.

Todas as abordagens apresentadas consideravam, de uma maneira ou outra, a paisagem como uma importante fonte de informações, quando não objeto de compreensão da pré-história. Porém o significado dado aos elementos de paisagens foram diferentemente valorizados e tratados ao longo da maturação do pensamento arqueológico. Criaram-se diferentes métodos e modelos que foram aplicados em diferentes realidades ambientais e arqueológicas, todavia algumas concepções foram apenas individualmente tratadas, em função de especificidades de alguns objetos de pesquisa e seus contextos. Isto quer dizer que algumas premissas e formas de se entender o registro arqueológico e seu contexto ambiental, relacionado aos contextos culturais que os produziram, perduraram e perduram, a menos que se tenham informações dentro de um específico contexto de pesquisa que permitam refutar, contestar ou inovar tais premissas.

Uma destas premissas tem a ver com a maneira como se entende os modos de vida dos caçadores-coletores. As diferentes pesquisas mostraram que os grupos caçadores-coletores são caracterizados por um sistema de mobilidade intenso relacionado a um sistema de exploração dos recursos ambientais. Os grupos caçadores-coletores têm grandes áreas como seu território², as quais ocupam de forma não permanente, mas sim de maneira sazonal e cíclica. Esta sazonalidade estaria vinculada à disponibilidade de recursos, que em outras áreas e em determinadas épocas se escasseariam, seja pela própria exploração dos recursos, seja por questões relacionadas às dinâmicas ambientais. Deste modo, considera-se que os grupos caçadores-coletores detinham na pré-história um grande conhecimento dos recursos disponíveis e distribuídos em seus territórios. Certamente muitas das atividades realizadas por estes grupos mantinham um estreito viés com aspectos e elementos ambientais, e com o

conhecimento de suas especializações ao longo dos territórios. Estas relações poderiam estar vinculadas tanto às atividades preocupadas com a economia material dos grupos, mas também com uma economia simbólica, como hoje se vê nos trabalhos etnográficos realizados entre os grupos caçadores-coletores contemporâneos (INGOLD, 2000; WIESSNER, 1982).

Para os grupos horticultores há também o consenso de que o modo de vida destes grupos era, e ainda é marcado por uma mobilidade restrita. Esta não mobilidade, chamada por alguns de sedentarismo, não suprime o conhecimento que estes povos guardavam do seu meio (FAUSTO, 2001; NEUMANN, 2007). É notório que os espaços nos quais tais grupos viveram na pré-história foram amplamente conhecidos, manejados e mapeados, também em função de suas atividades econômicas e simbólicas.

As relações existentes entre o substrato natural da paisagem e a cultura podem ser vistas em diversas categorias de vestígio arqueológico como restos faunísticos, depósitos vegetais e também na indústria lítica, e em diversos tipos de sítio que foram utilizados para funções muito específicas como a caça, a limpeza da caça, a exploração de matéria prima. No registro rupestre, contudo, a relação com os recursos ambientais não pode ser atribuída a questões de subsistência e de economia material. É sabido que alguns grafismos se relacionam à magia simpática, mas é sabido que alguns outros, atribuíveis a outros grupos, se relacionam ao mapeamento de trilhas e narrativas míticas. Sabe-se, portanto, de uma grande diversidade no que diz respeito às relações entre arte rupestre e outros aspectos das culturas. Esta diversidade deve servir de advertência para que não assumamos funções e significados para a prática de grafar em contextos culturais que desconhecemos quase inteiramente. Sendo assim, acredita-se que o relacionamento entre arte rupestre e paisagem se faz primeiramente no sentido da percepção, eleição, organização do espaço nos quais se realizaram atividades gráficas, ou que foram responsáveis pela produção dos grafismos. As questões de subsistência não são, portanto, a chave de compreensão e interpretação dos grafismos e das relações estabelecidas entre eles e a paisagem.

1.4 – A paisagem e a cultura: relações de percepção e apropriação

Uma mudança no modo de compreender a cultura e a maneira como ela age no meio natural prevê também uma mudança no entendimento do que é a paisagem.

² Para saber mais ver Binford 1983.

Os estudos mais recentes, que desenvolvem uma abordagem, digamos, “renovada” dos estudos de paisagem, a entendem não somente como meio em que vivem e atuam os homens, mas também como produto da ação humana (KNAPP & ASHMORE, 1999).

A paisagem, ou paisagens, enquanto produto, são originadas a partir das experiências humanas que podem ser orientadas por questões de naturezas diversas, seja por relações de produção ou por significações que envolvem o afetivo e o simbólico, ou seja, que envolvem as questões do mundo concreto além do subjetivo e ideológico (HOLZER, 1998; ISNARD, 1982).

A paisagem, enquanto o lugar de atuação de grupos culturais, é constituída por elementos naturais e também por aqueles que foram, outrora, construídos pela ação humana, e que freqüentemente são tomados ou percebidos como estimuladores de uma nova ocupação dos espaços, ou como parte importante da história das pessoas e dos lugares (ISNARDIS, 1997; BUENO, 2005; ZARANKIN, 2005). As paisagens culturais se sobrepõem, são reconstruídas e (re)significadas, o que as torna dinâmicas e inacabadas. A paisagem, portanto,

é uma forma escultural anônima construída pela ação humana, nunca completa, e constantemente sendo incrementada, e a relação entre pessoas e ela é uma dialética constante e um processo de estruturação: a paisagem é tanto meio *para* e resultado *de* ações e histórias anteriores de ações. Paisagens são experienciadas na prática, em atividades concretas (TILLEY, 1994:23)

Independentemente das mudanças que tenha havido no entendimento da cultura e das paisagens culturais, a influência que o homem recebe, e recebeu, do meio é inegável. Os grupos humanos sempre receberam influências do meio natural, ao mesmo tempo em que sempre o utilizaram e dele se apropriaram, modificando-o, alterando-o, exercendo sobre ele influências. Neste sentido, como nas demais abordagens das paisagens culturais, o que continua sendo interesse nos estudos de paisagem é a relação do homem com o seu sítio.

(...) este contato do homem e de seu domicílio, mutante, tal como se exprime através da paisagem cultural, é nosso campo de estudo. Concerne a nós a importância que tem o sítio para o homem, e também as transformações que este impõe ao sítio. Em síntese, tratamos das inter-relações do grupo, ou das culturas, com o sítio, tal como se exprime através das diversas paisagens da Terra (SAUER, 1974).³

³ in: Claval 2001:30

E da mesma forma como em abordagens do início do século XX, esta relação continua sendo analisada através das marcas que os grupos humanos impõem ao meio ambiente que os encerra.

O que difere as abordagens contemporâneas daquelas anteriormente formuladas é aquilo que são considerados os “incentivos”, ou motivações, que agem ou estão embutidos nos grupos humanos.

Em novas propostas de estudo da paisagem, não é a necessidade de “dominar” e se adaptar ao meio que age estruturando as ações e comportamentos humanos. São aspectos culturais, que abarcam não somente as relações de sobrevivência, mas também os fenômenos de percepção e atribuição de significados aos lugares.

As intervenções que um povo promove sobre as feições naturais de uma determinada localidade (...) encontram-se estreita e insofismavelmente associadas à percepção dessas feições e à atribuição de significados culturais a elas (ISNARDIS, 2004:15).

E é a atribuição de significados que torna as paisagens *culturais* (COSGROVE, 2004). Revelar os significados culturais da paisagem, segundo Cosgrove,

exige uma habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira auto-consciente e, então, re-presentar essa paisagem num nível que seus significados possam ser expostos e refletidos (COSGROVE, 2004).

Para compreender a marca de apropriações do espaço e a possível atribuição de significado, é necessário compreender o espaço/ paisagem em relação com os outros atributos – elementos – da paisagem. Portanto, os métodos desenvolvidos anteriormente para estudo e compreensão da paisagem se tornam fundamentais.

Os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação, Nós afirmamos que eles constituem uma realidade como um todo que não é expressa por uma consideração das partes componentes separadamente (...) (SAUER, 1998).

Uma vez que a paisagem é composta por redes complexas de significados, é importante que se considere as paisagens como formadas por signos. Cada elemento da paisagem (rio, árvore, pico, mata, nascente, igreja, praça...) deve ser entendido como um possível signo. Ou seja, como algo que tem em si um significado e um significante, em que o significante é o suporte material que sustenta o significado, este por sua vez é o sentido, a idéia mental que corresponde ao signo (SAUSSURE, 1991). O signo é assim considerado quando o significante é reconhecido como algo que tem em si um

significado que é partilhado por comunidades afins. O que quer dizer que, para um signo assim ser, este deve ter seus elementos constituintes reconhecidos por comunidades que partilham algo de seu repertório, ou tenham repertórios culturais comuns, como a língua, a religião, o trabalho (SAUSSURRE, 1991; ECO, 1994).

A paisagem deve ser compreendida, portanto, como um conjunto de signos, que devem ser identificados e interpretados. Como a proposta de entendimento dos signos, assim como sua conceituação, surgiu na lingüística (SAUSSURRE, 1991; ECO, 1994, BARTHES, 1964), sua aplicabilidade, apesar de extremadamente útil e possível, no estudo de paisagens culturais, exige uma certa reflexão e adequação.

Segundo Tilley (1991), o significado da palavra ‘cavalo’ não significa animal de quatro patas, mas uma representação mental dele.

O signo, deste modo, somente ganha sentido diacriticamente, a partir de um sistema de linguagem no qual cavalo só é cavalo porque não é vaca, rato ou cachorro e vice versa. Então o sentido só existe na diferença e é sempre relacional. Signos isolados não podem existir, porque eles não têm sentido⁴ (p.21).

Em relação à paisagem, o que chamamos por casa, pasto, mata, rio, etc.só ganham o sentido que têm, porque sabemos diferenciar cada uma destas coisas. E por mais que nós chamemos o rio de ‘rio’, e os povos de língua inglesa o chamem de ‘river’, o fato é que as duas palavras, por mais diferentes que sejam, designam a mesma representação mental, contudo elas não carregam o significado que o rio tem para cada um dos povos. Isto quer dizer que, se queremos chegar a interpretar as paisagens culturais e seus respectivos significados, não adianta que identifiquemos os elementos separadamente, e fora de seu contexto, afinal o signos são fundamentados nas tradições culturais que os identificam e lhes atribuem valor, afetando seus usos (TILLEY, 1991).

As propostas de análise, reflexões metodológicas, considerando as paisagens enquanto conjuntos de signos, serão abordadas com maior profundidade no segundo capítulo. Por hora, basta mencionar que considerar as paisagens como conjuntos de signos nos permite ainda considerar a paisagem conjunto de textos, que devem ser lidos e interpretados. O papel do leitor – aqui pesquisador - se resume na difícil tarefa de identificar palavras, orações e textos, identificar suas estruturas e ainda re-descobrir seus significados.

⁴ Tradução da autora.